



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação – FE  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional  
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola  
Nacional de Socioeducação - ENS

# **Estudos reflexivos sobre avaliação e gestão, com vistas à atuação docente em Socioeducação**

Cristina Harrott

Brasília, 2022



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação – FE  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional  
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola  
Nacional de Socioeducação - ENS

## Gestão e Avaliação

Cristina Harrott

Trabalho de conclusão do Curso de  
Especialização em Garantia dos Direitos e  
Política de Cuidados à Criança e ao  
Adolescente.

Orientador:

Brasília, 2022

Cristina Harrott

Estudos reflexivos sobre avaliação e gestão,  
com vistas à atuação docente em  
Socioeducação

Trabalho de conclusão do Curso de  
Especialização em Garantia dos Direitos e  
Política de Cuidados à Criança e ao  
Adolescente.

Orientador:

Aprovado em:

Banca Examinadora

# Resumo

O sistema socioeducativo requer uma linha constante de pesquisas e formações que afinem a sua gestão e as avaliações que são materializadas no campo educacional que o fundamenta em uma modalidade estruturalmente singular. O ambiente socioeducativo exige do docente o desenvolvimento de habilidades específicas e uma formação contínua, tendo em vista as características do ambiente, do espaço e dos indivíduos que estão inseridos no sistema da socioeducação. O trabalho teve como objetivo a interlocução analítica da gestão e avaliação em consonância as Políticas Educacionais, com vistas à atuação docente em socioeducação. Foi aplicado um questionário na plataforma Google Forms e visou a integridade dos participantes e a privacidade do sinônimo do nome vinculado ao estudo. A pesquisa pretendeu trazer o verbo “refletir” ao corpo docente e a gestão em direcionamento do avaliar, que diretamente estão ligados com a formação e atuação da gestão em democracia à docência com um reflexo de coleta nos discentes. trabalho permitiu observar que gestão e avaliação estão em consonância junto a estudos reflexivos sobre política educacional, assim como a atuação docente em socioeducação, possuem caráter histórico, político e cultural, e desse modo podem servir como instrumentos de manutenção das estruturas sociais vigentes. A sociedade exige dos agentes sociais habilidades e competências para atender a diversidade de universos que correspondem a seus alunos

**Palavras-Chave:** Gestão; Avaliação; Atuação docente; Socioeducação.

# SUMÁRIO

**Introdução**

**Metodologia e Métodos**

**Resultado e Discussão**

**Conclusão**

**Referências**

**Apêndice**

## Introdução

O sistema socioeducativo requer uma linha constante de pesquisas e formações que afinem a sua gestão e as avaliações que são materializadas no campo educacional que o fundamenta em uma modalidade estruturalmente singular. A pesquisa se embasa em estudos bibliográficos e por base de um questionário aplicado pelo Google Forms, com perguntas abertas e fechadas sobre o papel da gestão e avaliação dentro deste processo de ensino-aprendizagem, principalmente no tocante a importância de sua formação continuada dos docentes e suas metodologias, voltada para o desenvolvimento de habilidades necessárias para atuação.

O ambiente socioeducativo exige do docente o desenvolvimento de habilidades específicas e uma formação contínua, tendo em vista as características do ambiente, do espaço e dos indivíduos que estão inseridos no sistema da socioeducação.

As políticas voltadas ao sistema educacional no Brasil foram continuamente alteradas. Tais mudanças decorreram conforme as perspectivas e objetivos de cada governo, não sendo prioridade invariavelmente. A Constituição Federal, promulgada em 1988, trouxe a preocupação efetiva com a continuidade de propostas educacionais, tornando-se um marco na história educacional.

O educador ainda não tem ciência da dimensão e da importância do seu papel dentro da construção do conhecimento e da formação do ser social e integral perante o aluno, seja em sala de aula comum ou em ambiente socioeducativo, segundo as linhas dos teóricos citados no desenvolvimento deste estudo, bem como a importância da gestão e avaliação docente em análise de seu protagonismo junto ao público.

Dentro desta perspectiva ressalta-se a relevância da formação do docente, e quando esse profissional atua em ambiente socioeducativo, essa formação torna-se imprescindível para o educador que visa contribuir para a sociedade.

O embase de referencial teórico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho concentra-se em Freire, Moran, Cortella, Saviani, Bisinoto, Tardif e Nunes. Freire (2014) apresenta a importância da ponderação de que ninguém aprende sozinho e traz a reflexão sobre a necessidade do outro no desenvolvimento do indivíduo. Moran (2018), aponta os desafios e as novas tecnologias decorrentes das mudanças e evolução social tanto para a gestão, quanto para os diferentes meios de trazer a avaliação. Já Cortella (2018), expõe as diferentes fases de aceitação e mudanças que o docente sofre no decorrer de sua trajetória. Saviani (2005), materializa o decorrer histórico-crítico que se dá a história da educação no Brasil, expondo a avaliação e gestão. Bisinoto (2014), traduz a formação ligada ao contexto

histórico do profissional e a sua busca de identidade, o que traduz a necessidade de um acompanhar. Tardif (2012), conceitua a função de um bom conhecimento acadêmico e continuado para ambos os protagonistas do campo escolar docente/discente. Nunes (2003), evidencia os conflitos existentes na formação dos educadores e a celeridade das práxis vividas, potencializando a gestão dos docentes.

As Políticas Públicas, que são direcionadas à socioeducação, legitima-se em dois documentos principais: O Estatuto da Criança e Adolescente [ECA] e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [SINASE]. Vale ressaltar que a primeira lei não foi concebida apenas pensando no atendimento socioeducativo, mas para conceber a proteção à criança e adolescente e seus direitos e deveres. A lei 8069/1990 é a Doutrina de Proteção Integral e Geral de Direitos que substitui a Doutrina, ora entendida da Situação Irregular, e, o que muda, sobretudo, é o fato da primeira possuir uma categoria sociológica, em que a figura do “menor”, aquele que deveria acatar, sem direito a pensar, é substituída não apenas pela forma de enxergar esse “menor”, mas pela forma de estabelecer direitos e deveres, a fim de protagonizar a história.

O trabalho foi estruturado em tópicos visando apresentar a indispensável conceituação do termo socioeducação, sua origem e aplicação, para um melhor entendimento do trabalho exposto: gestão e avaliação. Destaca-se também a aplicação das diretrizes e currículo do Estado de São Paulo dentro da socioeducação, a formação docente e a legislação existente.

A gestão e avaliação dos materiais e métodos utilizados para elaboração da pesquisa que serviu como base para o trabalho e a análise das informações coletadas. Finalizando com as considerações dos aspectos socioeducacionais e a importância da gestão e avaliação em atrelamento a formação docente.

São necessárias, propostas educacionais que firmem o ressignificar do discente em cumprimento de medida socioeducativa, como a importância do docente nesse mecanismo de “resgate” do indivíduo pelas práticas de socioeducação em meios de atendimento voltados à ressocialização, como centros de atendimento socioeducativos do estado.

Assim, o objetivo deste estudo é a interlocução analítica da gestão e avaliação em consonância as Políticas Educacionais, com vistas à atuação docente em socioeducação; com base nas normativas legais vigentes, e suas contribuições no desenvolvimento cognitivo e afetivo do adolescente autor de ato infracional, e a quem ele seja atribuído, junto ao desafio de sua ressocialização. Além dessas premissas, procurou ressaltar a importância da qualificação didática, suas metodologias e paradigmas utilizados pelos profissionais deste campo.

## Metodologia e Métodos

O presente estudo poderá ser classificado por meio da metodologia de estudo no campo do tipo exploratório e descritivo em consonância com os referenciais teóricos, como intuito de promover uma reflexão crítica através da observação de um grupo específico: “docentes em experiência de atuação na Socioeducação”, como Gil (2008) define o aprofundar das questões aos participantes e as interações existentes dos mesmos neste ambiente de atuação e formação junto a gestão.

O embasamento teórico se concretizou por meio de bibliografias dos teóricos citados na introdução deste estudo em atrelamento ao estudo da coleta das respostas do questionário aplicado no ano de 2020 para a fomentação de inquietudes desta cursista em uma exploração de estudo em um saber direcionado a socioeducação, trazendo contribuições de artigos, livros, vídeos, entrevistas e produções acadêmicas sob estudos e reflexões de gestão e avaliação docente dentro da socioeducação; o questionário online na plataforma e recursos do Google Forms, com o objetivo de traçar uma compreensão do perfil dos docentes participantes a partir de dados relativos à idade, formação acadêmica, localização, ciclos que atua, experiência docente, experiência direta com medidas socioeducativas e como refletem sobre a importância da atuação em socioeducação e formação continuada.

A aplicação do formulário foi por meio da plataforma citada, visou a integridade dos participantes e a privacidade do sinônimo do nome vinculado ao estudo. A participação dos respondentes se deu de forma voluntária, através de um questionário na plataforma Google Forms (Apêndice 1), foram tomadas todas as precauções para resguardar a individualidade e o sigilo das informações, todos os participantes tiveram que marcar a opção "aceito participar" após leitura Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; não será feita nenhuma menção direta ao local de atuação docente neste estudo ou aos participantes de forma negativa ou julgatória, somente de forma a trazer reflexões para um melhor mediar; quanto ao local será identificado pelo nome de Socioeducação.

O Estudo contou com a participação de 29 docentes atuantes e não atuantes em experiência em atuação na medida socioeducativa das Casas de Socioeducação da Baixada Santista; sendo vinte que atuam no ensino fundamental e médio, e nove com experiência somente no campo da Socioeducação.

Para trazer a reflexão da atuação docente em socioeducação sua gestão e avaliações. As perguntas foram elaboradas a fim de investigar o atrelamento vivencial



juntamente com os estudos de teóricos e formações em horário de trabalho pedagógico coletivo [ATPCs], assim como a importância do aperfeiçoamento junto a gestão e o autoavaliar-se como o avaliar em atuação e formação em serviço atrelando aos seguimentos e direitos que as leis delegam ao exercício docente.

## Resultados e Discussão

A pesquisa pretende trazer o verbo “refletir” ao corpo docente e a gestão em direcionamento do avaliar, que diretamente estão ligados com a formação e atuação da gestão em democracia à docência com um reflexo de coleta nos discentes. Assim, a contribuição de embasamento para um melhor avaliar o desenvolvimento em atuação e como este atuante avalia, assim como o (re)visitar da preparação das aulas, do planejamento e as avaliações, a fim de encontrar possibilidades em aprendizagens antes descartadas. Em conformidade com a mesma linha traremos Saviani (2004), afirmando que a reflexão precisa da compreensão de seu termo, naquilo que traduz como: “reflectire” (re)pensar, olhar para trás e vasculhar o pensamento, que dá o escopo às bases e construção do pensar em um contexto de desenvolvimento histórico.

Há algum tempo com a mudança de paradigmas, o elemento conceitual de reflexões acerca da educação e formação docente vem tomando outra forma e contexto. A Pedagogia Construtiva absorve o conhecimento trazido pelo aluno e promove a interlocução com a experiência vivida e aperfeiçoa a aprendizagem. Se Platão (Pereira, 1987), diz que aprender é recordar, dentro dessa mágica concepção, seria o mesmo que valorizar as aprendizagens vividas, estabelecendo-as em experiências reais. O sentido da aprendizagem, todavia, isso não acontece apenas com o aluno, o professor precisa apenas de auxílio, para estabelecer dentro de um diagnóstico, qual a melhor ferramenta para adaptar ao contexto vivido. As aprendizagens precisam ser contabilizadas, e necessitam ir ao encontro do objetivo ali estabelecido entre a comunidade escolar, considerando a realidade desta Instituição. Talvez o cerne desse encontro trazido por Freire fosse exatamente o Projeto de Vida, que cada um dentro dessa comunidade pode fazer para engrandecer o coletivo, porque nunca somos ou seremos tão bons quando estamos sozinhos em uma causa, mas crescemos na relação interpessoal nos misturando com os diferentes, para que cada um envolva os quatro pilares de nossa educação, se construindo e reconstruindo, assim como aos demais.

Tardif (2005), coloca sua visão teórica nesta linha de demonstração, onde o que são e que estarão os docentes em constantes mudanças e aperfeiçoamento de busca de suas próprias identidades do saber, e saber ensinar, e que se passa mais ou menos um longo período para aprender isso tudo, mesmo que as próprias experiências deverá estar à disposição do aprender a conhecer novos dispositivos para o magistério em uma constante busca.

As Atividades Pedagógicas Coletivas [ATPCs], possuem um grande chamamento à valorização do trabalho pedagógico por poder gerir o corpo docente. A gestão junto ao conhecimento em formação em serviço é o momento de transcender e externar as boas práticas, que precisam ser valorizadas. Se ao docente não for dada a necessária atenção, para sua formação, tampouco os resultados se tornarão eficientes no ambiente de sala de aula.

Promover encontros na Socioeducação, por exemplo, é trazer à baila contextos em que está inserida a história do atendimento infanto juvenil. O mapeamento diagnosticado para a compreensão das lacunas existentes na aprendizagem e o recorte das drogas em tempo de infância e início de sua adolescência estando em precária situação de aprendizagem reduzida a ser analfabeto funcional.

O movimento crítico reflexivo constrói de forma plena a avaliação dos paradigmas instaurados num cenário desigual, em que professor e aluno podem dialogar na expressão de suas dificuldades, mas, sobretudo na busca de caminhos alternativos, para o reconhecimento de novas oportunidades.

Contudo, a sala de aula ainda é um espaço político pedagógico, que permite tecer paulatinamente a autonomia para decisões mais assertivas com a gestão, em relação às demandas que são criadas frente aos diferentes saberes. Para Dora Incontri (1997), estudiosa de Pestalozzi no Brasil, o processo de autoeducação deflagrada pelo amor é uma das égides que, para o educador estudado possibilita buscar no autoconhecimento a fonte da verdade, acerca de nossas necessidades, o que muito aproxima na crítica que precisa ser feita em relação ao rompimento da trajetória delitativa, mas que também é suscitada nas premissas apresentadas na metodologia da Base Nacional Comum Curricular [BNCC], quando é importante considerar o aspecto sócio afetivo na aprendizagem e metodologias mais ativas e significativas para ambos os protagonistas, discentes/docentes.

### **Análise de Informações Coletadas**

Diante das mudanças que ocorrem na sociedade atual, no cenário econômico, político e social, a escola enquanto instituição de ensino e de suas práticas pedagógicas enfrentam diversos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem. Assim, os profissionais que nela trabalham precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das diferentes inteligências e suprindo as defasagens desses sujeitos.

Para tanto, torna-se necessária a presença de um protagonismo atrelado a diferentes campos, consciente de seu papel, e da importância de sua formação continuada. A maioria dos entrevistados descreve que a formação continuada contribui para uma prática mais coesa e interessante para ambos os envolvidos. Acreditam também que as Políticas Públicas priorizam apenas as necessidades básicas dos educandos adaptando-as aos seus ciclos e modalidades de ensino.

A pesquisa priorizou a forma qualitativa e exploratória. De acordo com as respostas relatadas pelos docentes em seus apontamentos, foi considerado tanto a proposta de formação continuada e aperfeiçoamento mediante reuniões de [ATPCs], quanto a proposta de investigação pelo meio teórico que foram bem-sucedidas.

A formação permitiu um (re)formular de concepções dentro dos princípios de reflexão sobre saberes e busca de conhecimento da gestão e a avaliação docente em meio a diferentes públicos. A investigação esclareceu que a trajetória de relatos de formação foi adequada aos objetivos do estudo da pesquisa, compreendendo que não há como parar e que para alcançar êxito, somente, será possível com o aprofundamento nos estudos reflexivos com a gestão e as avaliações, para apontamentos de sérias mudanças necessárias, visando garantir forte adequação das políticas existentes voltadas para isonomia na qualidade de; no tocante a excepcionalidade ao público discente em conflito com a lei e desprovidos, em sua maioria, de valores basilares de ética e moral.

A tabela foi o resultado da base dos dados coletados no questionário on-line, sob colaboração dos docentes atuantes e não atuantes do ensino socioeducativo, objetivou coletar as experiências e dúvidas correlacionadas à ação socioeducativa docente, e a importância da formação continuada, assim como o preparo em reuniões de ATPCs para uma melhor gestão/avaliação.

Tabela 1. Características dos professores respondentes

<b>Características</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Formação</b>		
Graduação	17	58,62
Especialização	10	34,48
Mestrado	2	6,90
<b>Aperfeiçoamento modifica o modo de lecionar</b>		
Sim	25	86,20
Não	1	3,45
Não informou	3	10,35
<b>Atuação</b>		
Ensino Fundamental	11	37,93
Ensino Médio	5	17,24
Socioeducação	13	44,83

<b>Tempo de docência (anos)</b>		
01 a 09 anos	8	27,58
10 a 19 anos	11	37,93
20 a 29 anos	4	13,79
30 anos ou mais	3	10,35
Não responderam	3	10,35

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A pesquisa objetivou trazer um melhor embasamento para este estudo, vindo a destacar e atrelar as questões, 1.4 e 2.3 do Apêndice A, dentre os vinte e nove entrevistados; buscando contextualizar as respostas junto ao contexto abordado nesta linha de pesquisa, juntamente sob a adequação e eficiência das Políticas Públicas, depreendendo o âmbito socioeducativo e a formação e atuação docente; a despeito dessas Políticas estarem realmente corroborando com o princípio da “igualdade e equidade” dada as diferentes realidades desse público sob tutela do Estado com o dever de garantir o acesso ao direito fundamental do estudo aos discentes, trazendo a ação docente em destaque. Apresentar e discutir alguns resultados sobre progressão de estudos dos docentes em busca de um melhor resultado para tal compromisso, realizada junto a um grupo de professores integrantes na atuação em socioeducação.

De acordo com as respostas relatadas pelos docentes em seus apontamentos, considera-se que tanto a proposta de formação continuada e aperfeiçoamento mediante o que a gestão propõe em reuniões de ATPCs, quanto a de investigação pelo meio teórico foram bem-sucedidas. Retomando a análise das questões 1.4 Quanto tempo na docência tens? O seu modo de lecionar melhorou com as mudanças das políticas educacionais? Por quê? Que indaga o tempo de experiência e as mudanças das políticas públicas em sua trajetória, o que se objetivou com a indagação foi coletar uma autoanálise desses docentes sob seu compromisso com o próprio aprender e ensinar. Por mais que as repostas tenham sido positivas em entrelace com a pesquisa, ainda no meio vivencial docente, há resistência para se autoanalisar e ver de forma mais coesa as atuações e melhorias.

Os docentes ainda resistem em se auto ressignificar para a melhoria de sua atuação em consonância com as mudanças constante de diferentes metodologias; muitos ainda pensam que a graduação lhe provém e lhe proverá o embase necessário para as gerações que atuaram; o que sabemos por meios dos teóricos citados e neste estudo que a mudança se faz necessária em adequações por meio de seu contexto histórico como traz Saviani (2009).

Na questão 2.3 O que poderia ser melhorado nas Políticas Públicas para o Público da Socioeducação? Cite exemplos e bases teóricas se possível. A coleta informa que há necessidade de rever e ter nesta modalidade de ensino algo mais

direcionado para uma cultura escolar mais ativa e significativa em seu ensino-aprendizagem ao contexto dos educandos, como traz Moran (2018). Para uma melhor significação desta experiência pelos docentes/discentes com uma visão de que a educação realmente é o caminho para a equalizar uma nação na questão do conhecimento e que eles são parte da mudança geradora, produtora e reprodutora de conhecimentos advindos do seu próprio tempo em resgates de suas influências.

Por conseguinte, a concepção de experiência a formação e atuação docente permitiu a estes profissionais um (re) formular/reflexivo sobre sua formação profissional continuada como sendo um eixo central para a concretização das prerrogativas das políticas públicas e diferentes singularidades que permeiam o ato de ensinar/mediar, permitindo uma releitura do que é ensinado e aprendido, assim como das aprendizagens de modo pessoal e coletivo.

A investigação esclareceu que a trajetória da atuação e formação foi adequada aos objetivos deste estudo, vindo a compreender que não há como parar a formação dos docentes e que a mesma está ligada em uma melhor atuação para se alcançar com êxito os objetivos do ato de mediar, e só será possível se o aprofundamento nos estudos reflexivos for para as necessárias mudanças que a educação necessita, visando garantir forte adequação das Políticas existentes voltadas para isonomia na qualidade de ensino no processo [ESTADO - DOCENTE – EDUCANDO - SOCIEDADE]; no tocante "excepcionalidade" do público discente em conflito com a lei e desprovidos, em sua maioria, de valores basilares de ética e moral.

### **Socioeducação – Conceito e Contexto Histórico**

Para que o entendimento do termo socioeducação seja completo se faz necessário conhecer também as mudanças sociais, históricas e legislativas ocorridas com a instituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos sancionada em 1948 e posteriormente a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959, alterando a percepção da figura da criança significativamente, deixa de ser um indivíduo sem direitos, sem voz e valor para um indivíduo detentor de direitos e por sua vulnerabilidade necessita de proteção, esta cabendo a família, a sociedade e ao Estado, conforme ratifica o artigo 227 da Constituição Federal.

Socioeducação é um termo amplo, dentro do trabalho proposto, cabe a definição de ações articuladas que visam reintegrar adolescentes que cometeram ato infracional contra a sociedade e a si mesmos, enquanto estão sob a tutela do Estado, em cumprimento de medidas protetivas.

A socioeducação tem como principal marco legislativo o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei 8.069/1990, que veio substituir o Código de Menores – Lei 6.697/1979, elencando os direitos, deveres e sanções cabíveis a criança e ao adolescente quando do cometimento de ato infracional, tendo em vista que são inimputáveis perante a legislação criminal brasileira até os dezoito anos de idade.

Posteriormente foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA], através da lei nº 8.242/1991, tendo como principal finalidade elaborar normas gerais da política nacional de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, cabendo a fiscalização, zelo, apoio e avaliação.

Após debates envolvendo CONANDA, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], estruturaram o SINASE, sendo instituído pela lei nº 12.954/2012, visando regulamentar as medidas socioeducativas aplicadas aos infratores, trazendo algumas alterações no ECA, que tem como princípio basilar a proteção integral do indivíduo.

Ao SINASE cabe o dever de articular ações para atendimento das necessidades educacionais, de saúde, da assistência social, cultura, da capacitação para o trabalho e esporte.

A socioeducação tem dois gêneros: um protetivo e o outro social e educativo. O primeiro gênero visa proteger crianças e adolescentes que sofreram violação de seus direitos seja por parte da família, da sociedade ou do Estado. O segundo gênero, objetiva a reinserção ao convívio social de adolescentes em conflito com a lei.

Tendo como uma das bases a reinserção do adolescente em conflito com a lei na sociedade, o regime socioeducativo não poderia impedir o desenvolvimento de forma integral daqueles que ali se encontram, objetivando garantir a dignidade da pessoa humana e todos os direitos sociais existentes na Constituição Federal.

Dentre os direitos garantidos na Constituição Federal, está o direito à educação, foco do presente trabalho da perspectiva da importância da figura do docente e sua formação para proporcionar qualidade de ensino-aprendizagem dentro de um ambiente difícil, demonstrando a desigualdade social além-muro das instituições de internação.

Por todos estes aspectos, a LDB trata em seus artigos 61 a 67 da identificação, qualificação, formação e campo de atuação dos profissionais da educação; elenca ainda a necessidade de aperfeiçoamento profissional de maneira continuada e a garantia de condições adequadas de trabalho seja em qualquer modalidade de ensino. Um dos motivos da estuda da atualidade (Bisinoto, 2014) é discutir e esclarecer a importância que se tem a escola na representação seja em Socioeducação, seja nas

demais modalidades, como a influenciadora social e cidadã ela promove. Permitindo uma transmissão/informação e transformando-as em conhecimento, modificando historicamente o ser humano em seus diferentes ciclos familiares e de gerações.

Com isso, a escola permite um influenciar/desenvolver das pessoas para um conhecimento formal mais mediado pelos processos de ensino promovendo o desenvolvimento de processos psicológicos mais complexos como por exemplo: A Educação e a escola; Função social da escola; Papel do professor como mediador de processos de desenvolvimento e de aprendizagem.

### **Diretrizes e Currículo do Estado de São Paulo dentro da Socioeducação**

A dimensão política e social do currículo deve ser considerada em seu papel humanizador, de formação plena dos sujeitos envolvidos no processo educativo, incluindo as dimensões éticas, culturais, estéticas e de autonomia intelectual. Portanto, a educação como um ato político coloca o sujeito frente à realidade de maneira crítica e consciente para que possa compreender, se apropriar e interferir nesta realidade.

Considerar o perfil dos educandos envolve conhecer seu conjunto de vivências e percursos, possibilitando uma troca de experiências significativas entre as gerações, contribuindo para uma formação cultural, social e ética. O levantamento desse perfil é de fundamental importância para a organização curricular que considera a realidade concreta e a visão de mundo dos educandos, possibilitando o estabelecimento do fio condutor político-pedagógico.

As unidades educacionais e os espaços educativos devem configurar como polos culturais da comunidade, favorecendo o diálogo e a convivência diversa e intergeracional, por meio do desenvolvimento de projetos transformadores para melhor se preparar para a vida em sociedade.

A fim de garantir profissionais atentos à necessidade de responder ao desafio de uma educação de qualidade para todos, a Resolução SE nº 52 de 14 de agosto de 2013 (São Paulo, 2017) dispõe sobre os perfis, competências e habilidades dos profissionais da educação da rede estadual de ensino, incluindo a seguinte competência no perfil geral do educador: conhecer os problemas e conflitos que afetam o convívio social (saúde, segurança, dependência química, educação para o trânsito, pluralidade cultural, ética, sustentabilidade ambiental, orientação sexual, trabalho e consumo) e compreender como eles podem provocar preconceitos, manifestações de violência e impactos sociais, políticos, econômicos, ambientais e educacionais, reconhecendo a si mesmo como protagonista e agente transformador no âmbito de sua atuação profissional.



Diante da Resolução 52 (São Paulo, 2017) que estipula aos profissionais o domínio de textos científicos e publicações institucionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais [PCNs], que trazem temas transversais que se articulam nas diversas disciplinas e a outros temas como ética, saúde e pluralidade cultural. Estipula ainda a observância da resolução do Conselho Nacional da Educação que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, fonte de referências das temáticas de inclusão educacional, enfrentamento a preconceitos; e direitos humanos nos marcos da educação.

A Resolução 03/2016 do Conselho Nacional de Educação, traz no mesmo sentido, afirma que a escolarização de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo deve atentar para o acompanhamento pedagógico específico, garantido o sigilo, participação de adolescentes e suas famílias nos processos e gestão democrática da escola.

Preconiza a Educação em Direitos Humanos como componente curricular obrigatório nos cursos de formação inicial e continuada destinados aos profissionais que atuam com adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo. Portanto, estas diretrizes e marcos institucionais são indispensáveis para uma reflexão atual sobre as competências, habilidades profissionais, e papel da escola em sintonia com as Diretrizes Nacionais e com o Currículo do Estado de São Paulo.

O currículo volta-se para o desenvolvimento dos jovens e coincide com a construção da identidade, da autonomia e liberdade, do aprendizado do respeito às diferenças, às regras de convivência e em contrapartida evita que diferenças se constituam em fatores de exclusão e desigualdade. É neste sentido que os conhecimentos que buscam compreender as relações políticas, sociais, econômicas, afetivas e sexuais estão presentes no currículo.

Desta forma, a Secretaria de Estado da Educação vem realizando esforços consideráveis na inclusão desta temática como meio de proporcionar aos alunos a capacidade crítica para avaliar o presente e, também, dar passagem a uma sociedade mais justa e igualitária.

### **A Socioeducação x Escolarização no ambiente socioeducativo**

No Estado de São Paulo a escolarização é ofertada aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Centros de Atendimento ao Adolescente, além das unidades escolares da rede de ensino estadual e municipal.

Para a garantia do direito à educação, tanto a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo [SEE], quanto a Secretaria Municipal de Educação [SME], têm a

responsabilidade de ofertar a Educação Básica aos adolescentes. Esta oferta atende normativas em âmbito federal sendo: Constituição Federal de 1988, LDB, ECA, SINASE e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Portanto, deve-se atentar para o fato de que boa parte dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa está em idade escolar obrigatória e a maioria fora da escola. A Resolução do Conselho Nacional de Educação Básica nº 03, de 13 de maio de 2016, preconiza em seu artigo 5º o regime de colaboração entre os entes federados para a oferta, qualificação e consolidação do atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medida. Em âmbito estadual, a fundamentação legal refere-se ao Plano Estadual de Medidas Socioeducativas; Resolução SE 109/2003 (São Paulo, 2016); Resolução SE 06/2011 (São Paulo, 2017) – e alterações, e Resolução SE 81/2011 (São Paulo, 2017).

Há tempo se discute o direito à educação de todos em quaisquer circunstâncias, incluindo melhorias e projetos mais significativos a realidade destes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, seja este em meio fechado ou aberto. A reflexão centra-se, principalmente, em como desenvolver uma prática educativa, pública e gratuita, que garanta o acesso, a permanência, o atendimento às diversidades e a qualidade da aprendizagem, considerando o direito fundamental à educação e profissionais qualificados.

Assim as orientações, delegam acompanhamento de aprendizagem dos alunos, participação em momentos formativos nas escolas e Diretorias de Ensino, além da proposta pedagógica ou projeto político-pedagógico e planos de gestão das escolas, dentre outros aspectos, vindo a contemplar as peculiaridades relativas à socioeducação e atuação docente nesse ambiente, garantindo a oferta de educação escolar pública de qualidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta alguns conceitos sobre adolescente, categoria utilizada para referir-se a pessoas em condição peculiar de desenvolvimento entre 12 e 18 anos incompletos é sujeito de direitos e responsabilidades. O ato infracional de acordo com o ECA, é a prática de adolescentes correspondente a conduta descrita como crime ou contravenção penal. São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, que estão, de outra parte, sujeitos a medidas socioeducativas previstas no ECA.

A docência na socioeducação refere-se à atuação de professores e demais profissionais da Educação nas atividades de oferta de Educação Escolar para efetivação do direito à escolarização dos adolescentes em medida socioeducativa e está referenciada nos princípios e diretrizes do ECA e do SINASE. Envolve a atuação com adolescentes, em geral, em situação de vulnerabilidade social, motivo pelo qual a

docência na socioeducação deve vislumbrar uma aprendizagem significativa aos adolescentes, seu desenvolvimento, a ressignificação das trajetórias infratoras e a construção de um novo olhar para as possibilidades de um projeto de vida. As medidas socioeducativas são as determinações judiciais proferidas pelas autoridades competentes, a partir da prática do ato infracional contando em lei.

De acordo com o cumprimento da medida socioeducativa o adolescente a cumprir de acordo com cada circunstância e gravidade do ato infracional, sendo aplicadas as possíveis medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade [PSC]; liberdade Assistida [LA]; semiliberdade e Internação. A socioeducação traduz em ação formadora e transformadora dos sujeitos como Bisinoto (2014) coloca em seus estudos, assim como os mecanismos de qualificação dos processos de escolarização dos adolescentes. Para isso deve-se buscar romper os ciclos de violência e exclusão vivenciados por esses sujeitos, pautada em uma concepção de educação voltada para a autonomia, emancipação e a vida em liberdade.

Sendo assim, ao considerar o adolescente e sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a educação deve ser enfatizada como meio de construção de um novo projeto de vida para os adolescentes que praticaram o ato infracional, almejam e compreendam a liberdade como expansão da sua condição de sujeito de direitos e de responsabilidades. Para isso deve-se realizar e promover ações educativas integradas, no sentido de possibilitar o desenvolvimento integral, compreendendo-os em suas múltiplas dimensionalidades.

### **Formação Docente e a Legislação Brasileira**

Bisinoto (2014), traz um estudo sobre a docência na socioeducação que permitiu uma formação aos mesmos para a modalidade em questão. Em síntese a autora descreve a importância do formar e da formação continuada docente sendo um contexto bastante profícuo e privilegiado para a construção de competências no perfil profissional do mesmo. Para ela os profissionais que atuam nos projetos de socioeducação precisam trazer consigo uma clareza e intencionalidade fortemente em seus perfis, porque estes poderão influenciar o desenvolvimento dos seus alunos, permitindo um ressignificar dessa reconstrução de identidade juvenil.

Essa formação continuada para Bisinoto (2014) contribui para que o ambiente seja mais proativo ao desenvolvimento das habilidades e competências contrastando a formação homem e adolescente, permitindo um auto comparar de visões de como construir-se a partir de autores de ato infracional e sobre um compreender social. Mas

ela complementa, grosso modo, a formação deste protagonista 'docente' é totalmente cruzado com o ser dele mesmo, porque traz sua trajetória de vida, dando assim uma singularidade para a sua identidade docente em atuação individual e colaboração coletiva, em um contexto de atrelamento de vida pessoal a que teve, permitindo construir sua vida acadêmica constante ou não.

Portanto a formação do professor visa transformar através da crítica e da autonomia o pensamento dos indivíduos que são o objetivo da ação educativa, de maneira a assegurar uma formação sólida, competente e comprometida, devendo ser contínuo seu aperfeiçoamento, uma incessante procura e estudo de fatos dentro do contexto histórico, social, cultural e organizacional para que esteja preparado para intervir e transformar a realidade onde está inserido.

Os estudos de Freire (2014) traduzem a importância do diálogo e valoriza-o como instrumento na construção do sujeito, cabendo ao educador acreditar nessa ferramenta para que se alcance uma mudança no refletir e agir do sujeito, implicando na construção do conhecimento e não apenas na transferência. Freire (2014) defende que a educação não rima com coerção e sim com liberdade, despertar, devendo a educação ultrapassar os seus principais objetivos, para que se potencializem os projetos de vida e anseios da criança e do adolescente para que uma melhor formação sólida de suas buscas intrínsecas.

Para Freire (2014), qualquer política emancipatória parte da conscientização, que deve revelar a real possibilidade da inserção do educando na sociedade, sendo alfabetizado para a leitura de mundo, e que nele há constantes transformações; para assim decodificá-lo e depois poder gerar as mudanças sociais necessárias. Dessa forma, os educadores, que são aprendizes permanentes, devem entender e considerar como uma grande responsabilidade a importância da formação individual e em serviço como bem atrela às ideias expostas por estudiosos e em Constituição Federal.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 205, informa sobre o direito à educação, cabendo a garantia desse dever à família, ao Estado e a sociedade para que o indivíduo alcance o seu pleno desenvolvimento, para as responsabilidades do exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Já a LDB trata em seus artigos 61 e 62 sobre a formação dos profissionais que atuam na educação, enumerado no artigo 13 as obrigações dos docentes dentro do ambiente educacional, destacando como incumbência alguns deles para melhor conscientizar a responsabilidade desde educador/mediador, o dever de elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

O alunado precisa sentir o afeto ao cuidado para com tudo o perpassa em sua progressão e o docente precisa ser visto como o auxílio para que ele alcance seu desenvolvimento pleno.

Geralmente, o que ocorre é certa resistência dos profissionais em focar em sua formação constante para compreender o quão importante é para o seu público. Muitas vezes, as ATPCs são momentos não produtivos, porque os professores insistem em colocar em pauta os problemas disciplinares dos alunos como a única fonte de problema e não a procura de solução para os conflitos existentes e no único objetivo que é o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. E quanto um coordenador se propõe a gerar material para um estudo mais profundo, os professores (não generalizando) acabam perdendo o interesse, achando maçante e desnecessário esses estudos, deixando de evoluir em mais uma oportunidade de aprendizado. Cortella (2018) fundamenta esta reação dos docentes, por tendenciar a serem leigos e não abertos às diferentes mudanças contemporâneas e que o docente em seu trajeto acadêmico e experimental irá sofrer, e levanta informações pertinentes a este universo; este docente precisa se conhecer e compreender as fases que irá enfrentar, assim como o seu aluno em seu desenvolvimento.

Cortella (2018) sempre traz a questão da ética no meio profissional, relata também com propriedade que muitas vezes os educadores precisam ser reeducados para diferentes conquistas e que ele precisa aceitar e fazer autoanálise e desconsiderando a ideia de que já alcançou o máximo de seu conhecimento, o que impacta de forma negativa a progressão na formação global de todo o sistema educacional, além do que estaria, grosso modo, se desvinculando das grandes teorias que nos embasam para formar e direcionar seres humanos.

Para isso, é importante que toda a equipe escolar (professores, gestores e demais profissionais da escola), assim como os estudantes, estejam engajados, motivados e dispostos a aprender a aprender, constituindo uma comunidade de aprendizagem em que todos ensinam e aprendem.

Nunes (2003) descreve as diferentes situações de conflitos de gerações desses educadores, e traz em sua síntese algo muito rotineiro, que a educação acaba sendo segregada por uma parte de seus próprios protagonistas. O professor que inicia sua vida na docência precisa ser acolhido da mesma forma que se acolhe uma criança em seu início de socialização, para que com as diferenças do seu novo percurso em aprender e ensinar, promova qualidade na maneira a educar.

Para Bisinoto (2014) a formação e sua evolução pessoal precisa ser comprometida e espontânea, o educador deve compreender sua responsabilidade com seu desenvolvimento e com os demais sujeitos envolvidos no ambiente

educacional, muito se fala que o aluno tem bloqueios, porque não se torna o protagonista de seu aprendizado, mas quando levantamos a questão aos docentes, estes, não enxergam o quão necessário é também o seu próprio desenvolvimento e comprometimento em continuar aprendendo a aprender em suas diferentes fases.

Tomando como viés, Bisinoto (2014) coloca que a formação seja aluno ou docente, precisa de significados que estão presentes nas formas de organizar a realidade, seja em meio a formação como o ato de ensinar vão sendo transformados psicologicamente pelas pessoas, que vão construindo um jeito próprio, particular e diferente de entender esses significados; suas vontades, seus pensamentos, suas emoções, seus objetivos, seus comportamentos, seus valores vão sendo também construídos dessa forma: social e culturalmente.

A fim de uma objeção, que está ligado ao que Morin (2001), expõe em os setes saberes indispensáveis para as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; e a ética do gênero humano; não servem exclusivamente para os educandos, e sim para todo o sistema vivo e grupal de um meio em constante desenvolvimento e formação para os caminhos que se abrem para todos os que pensam e fazem a equidade da educação acontecer.

### **Atuação e reflexões docentes dentro de sua formação sob gestão e avaliação**

Para Tardif (2012), a atuação e a formação docente estão intrinsicamente ligadas ao ser social que o constrói ao longo de seu desenvolvimento, como pessoa e a relação que se faz com os discentes e atores que compõem toda a gestão escolar, e não seria diferente na dentro de uma atuação na socioeducação e demais modalidades de ensino; afinal qualquer modalidade requer do docente um preparo de leitura pessoal, social, cultural, visando um ensino para a inserção as responsabilidades da vida e o mercado de trabalho. Estes resgates de valores éticos e morais dentro de uma educação requer uma atuação qualitativa e não uma visão quantitativa da ação, como se todos fossem iguais e da mesma modalidade de ensino-aprendizado.

A formação e atuação docente, segundo Tardif (2012), se pautam nos objetivos sociais, por este fato o saber do docente e sua formação continuada precisa ser voltada para uma reflexão de sua formação e autorreflexão de sua prática, assim como o mesmo precisa de um conhecimento global sobre os diferentes saberes teóricos e vivenciais. Junto a todo este contexto ele se vê em uma instituição que é assegurada por um sistema que garante a sua legitimidade de aplicação pautada nas

leis: ECA, administração escolar e demais legislações e diretrizes, evoluindo com o tempo e com as mudanças necessárias para cada geração, levando em questão a cultura, costumes e as alterações no meio educacional como consta em lei.

Ainda segundo Tardif (2012) o saber docente está envolto ao que este profissional traz de bagagem do tempo que estudou desde sua própria experiência estudantil, incluindo suas percepções com os educadores de seu desenvolvimento até o que a instituição de sua graduação lhe proporcionou, assim, o que ele tem de conhecimento é esta composição de formação que vem de sua cognição e tudo o que ele aprendeu sobre as teorias e teóricos da educação, e como de fato era este profissional em sua época de aluno e como ele é em seu tempo de exercício, quais as mudanças precisam ainda ter, mas não é somente a formação que ele trouxe de seu período de preparo, é o que ele vivência e a forma como media os saberes e intervenções para com os seus alunos que o constrói continuamente a sua progressão continuada.

O docente em sua atuação precisa considerar qualquer tipo expresso de saber, seja ele plural, heterogêneo, e também de diferentes fontes, porque a sua primária formação não consegue consolidar totalmente todo o aprendizado, e que este aprendizado é a constante e rica experiência de sua própria mediação em sala de aula e a responsabilidade de continuar sua formação para melhor contribuir para a construção dos saberes, incluindo o seu, da gestão escolar que está inserido e de seu público mediado (Tardif, 2012).

Em sua percepção teórica Tardif (2012) traz que um docente estagnado não faz mudanças, não se autoanalisa e não contribui com as suas necessidades dentro da sua própria atuação, porque em sua análise o professor não nasce professor igual há ao tempo que se usava como justificativa de uma atuação de boa para uma que não fosse; para isso ele traz que o “professor se torna professor” ao longo de todo o seu caminhar juntamente com os progressos de sua atualização constante que a formação necessita ter.

Para Saviani (2008) o contexto de formação entra em uma linha paralela a de Tardif (2012), completando a necessidade de um conhecer histórico, mas em uma precisão analítica voltada para o contexto de formação social crítica de forma igualitária, o que não destitui o professor nessas mudanças de contextos, mas o tornando um protagonista do desenvolvimento essencial, a fim de promover uma educação que favoreça a aprendizagem do desenvolvimento dos discentes mais significativas, vindo a pensar e repensar as práticas pedagógicas em atuação.

Saviani (2008) apresenta a escola como a única que pode compreender a educação em que é composta por diferentes modalidades para um educar e fazer de

forma a assegurar este aprendizado, porém em contra partida pode ser compreendida independente das diferentes modalidades, quando o pensar em educar a coloca que a forma precisa ser intencional e com objetivos sociais, assim a educação escolar torne-se o principal palco da atuação e prática docente, correspondendo em sua finalidade formar um homem “culto” no sentido erudito da palavra, e apresenta sua identidade independentemente das “diferentes culturas e sociais” que ainda segregam a sociedade. (Saviani, 2009).

Tendo em vista os aspectos conceituais levantados, o desenvolvimento escolar se realiza concretizando a elaboração de conhecimento que se dá no plano social, seja familiar, campo educacional, ramificando para o plano da sociedade, por meio de relações mediadas pelo outro. Nesta contribuição a atuação docente em atividade de qualidade favorece uma lógica entre as realidades da sala de aula e suas mudanças, reconhecendo a importância de propor um trabalho formativo, qualitativo, contínuo e significativo que só se realiza pelas trocas e encontros com o outro, neste entrelace entra a importância de um conhecer a história crítica do desenvolvimento educacional registrados por diferentes teóricos, resultando em que haja um melhor aperfeiçoamento e desenvolvimentos dos protagonistas que o compõe.



## Conclusão

A realização do presente trabalho permitiu observar que gestão e avaliação estão em consonância junto a estudos reflexivos sobre política educacional, assim como a atuação docente em socioeducação, possuem caráter histórico, político e cultural, e desse modo podem servir como instrumentos de manutenção das estruturas sociais vigentes. A transformação dessa realidade só será possível, a partir de uma visão crítica, comprometida com a democracia e a aquisição do saber historicamente acumulado e alterado para melhor orientar as gerações e adaptações perante o construir das sociedades. A realidade existente nos espaços de escolarização é a de uma política educacional comprometida com as teorias juntamente com a atuação docente, a qual age como simples, por vezes, consumidora dos guias curriculares fornecidos por meio das políticas públicas impostas pelo governo; não existe uma abordagem padrão, assim como o ambiente socioeducacional é mutável, estes estudos reflexivos é um ponto a ser explorado com mais profundidade. A sociedade exige dos agentes sociais habilidades e competências para atender a diversidade de universos que correspondem a seus alunos. A vulnerabilidade dos adolescentes no ambiente socioeducativo requer da preparação da gestão junto aos profissionais da educação que se construa um vínculo entre suas habilidades, competências e a aplicação de estratégias pedagógicas estabelecidas pela legislação e sistemas que regulamentam o ambiente socioeducativo para que seja minimizada a desigualdade social dos sujeitos que se encontram em medidas socioeducativas.

## Referências

Bisinoto, C. (org.). 2014. Docência na socioeducação. Campus Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Brasil. 1988. Constituição da república federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Brasil. 1990. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília, DF, Brasil.

Brasil. 1996. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 fev. 2022.

Brasil. 1998. Resolução CEB nº 02, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_ceb\\_0298.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0298.pdf). Acesso em: 5 fev. 2022.

Brasil. 2018. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

Brasil. 2016. Resolução n. 3, de 13 de maio de 2016. Define diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. MEC, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933). Acesso em: 05 fev. 2022.

Brasil. 2012. Lei nº 12.54, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho [CLT], aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2022.

Cortella, M.S. 2018. Nós e a escola: agonias e alegria. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

Freire, P. 2014. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Freire, P. 2010. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. Paz e Terra, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A.C. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social. Ged. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Incontri, D. 1997. Pestalozzi: educação e ética. Editora Scipione, São Paulo, SP, Brasil.

Moran, J.M. 2018. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica – prática. Penso, Porto Alegre, RS, Brasil.

Morin, E. 2001. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Nunes, M. 2003. Professor, ensine-me a dar aulas. Grafisa, Portugal.

Peixoto, R.B. org. 2010. Socioeducação: conceitos, práticas e produção de sentido. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Curitiba, PR, Brasil. Disponível em <[http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros\\_e\\_Artigos/cadernos\\_de\\_socioeducacao/CADERNOS%20DE%20SOCIOEDUCA%C3%87%C3%83O.%20Artigos%20\(1\).pdf](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/cadernos_de_socioeducacao/CADERNOS%20DE%20SOCIOEDUCA%C3%87%C3%83O.%20Artigos%20(1).pdf)>. Acesso em 24 jan. 2022.

Pereira, M.H.M.R. 1987. Platão, a república. Introdução, tradução do grego e notas, acrescentada de um índice de assuntos principais. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.

Saviani, D. 2009. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Autores Associados, Campinas, SP, Brasil.

Saviani, D. 2008. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Autores Associados, Campinas, SP, Brasil.

Saviani, D. 2004. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: Saviani, D. et. al. O legado educacional do século XX no Brasil. Autores Associados, Campinas, SP, Brasil.

São Paulo. 2017. Documento orientador conjunto SEE/CGEB e fundação casa nº 01. SEE/CGEB, São Paulo, SP, Brasil.

São Paulo. 2016. Documento Orientador SEE/CGEB - NINC-CEFAI-CEFAF. Orientações pedagógicas para o atendimento escolar nos Centros de Internação Provisória [CIP] da Fundação CASA: Explorando o Currículo. NINC. Disponível em: <<http://www.intranet.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Tardif, M. 2012. Saberes docentes e formação profissional. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

# Apêndices

## Apêndice A - Instrumento de Coleta de Dados

Estudos reflexivos sobre a Políticas Educacionais em atrelamento a gestão e avaliação, com vistas à atuação docente em Socioeducação, as reflexões, fazendo surgir numerosas possibilidades de mediação e produção do conhecimento, visando uma equiparação e equidade para o público alvo. Nesse sentido, esta entrevista com questões semiestruturadas será fonte de pesquisa para analisar e discutir sobre os desafios da docência em um campo diferenciado.

Lembrando que estou à disposição para quaisquer esclarecimentos: cristinaharrott@hotmail.com

Ao assinar a opção “aceito participar”, a seguir, você atesta sua anuência com esta pesquisa, declarando que compreendeu seus objetivos, a forma como ela será realizada e os benefícios envolvidos, conforme descrição aqui efetuada.

### 1 Formação e atuação

#### 1.1 Formação

Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( )

#### 1.2 O aperfeiçoamento para o docente através de graduações modifica o seu modo de lecionar? Por quê?

---

---

#### 1.3 Em qual segmento atua ( pode marcar mais de um opção ):

Ensino Fundamental ( )

Ensino Médio ( )

Experiência no Campo da Socioeducação ( )

#### 1.4 Quanto tempo na docência tens? O seu modo de lecionar melhorou com as mudanças das políticas educacionais? Por quê?

---

---

**2 O que você sugeriria para a Educação Escolar Pública e as diferentes modalidades de ensino?**

---

---

**2.1 Qual a sua percepção em relação ao exercício do docente e profissionais que atuam em Socioeducação?**

---

---

**2.2 De que forma um profissional que atue para a socioeducação precisa ter como perfil em sua opinião e qual base de experiência?**

---

---

**2.3 O que poderia ser melhorado nas Políticas Públicas para o Público da Socioeducação? Cite exemplos e bases teóricas se possível.**

---

---

**3 Espaço de livre manifestação.**

Neste espaço, destaque aspectos relevantes sobre o que você considera importante deste tema e o que não foi contemplado nesta entrevista.

---

---